

Os lumes da razão e os milagres da Providência: a necessidade de impor limites ao capital rentista

Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

Professor de História Econômica no
Departamento de Economia da Faculdade
de Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Este artigo analisa a atual conjuntura econômica brasileira, inserindo-a no processo histórico em que se explicam as reformas propostas e implantadas pelo Governo Lula no âmbito das que, desde 1990, vêm sendo implementadas no País, com vistas a alterar várias das instituições vigentes entre 1930 e o início do Governo Collor. Argumenta-se também que há uma tensão crescente entre as necessidades do capital rentista e a disposição do restante da sociedade em satisfazê-las.

Palavras-chave

Reformas econômicas; capital rentista; luta de classes.

Abstract

This article analysis the Brazilian economy nowadays regarding its historical process, which explains the reforms proposed and implemented by this government in the ones done since 1990 to change the 1930's Brazilian institutions. It arguments, also, that there is a growing conflict between the necessities of rental capital and the society willing to satisfy them.

Artigo recebido em 17 mar. 2005.

“Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mais ainda o do açúcar, o do tabaco, o de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão de milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República.” (Holanda, 2000).

1 - Introdução

Neste artigo, procuramos evidenciar que o norte das reformas ora em andamento deveria ser, e em parte é, a limitação dos ganhos do capital rentista e a transferência dos capitais aplicados em títulos públicos para fins mais produtivos, o que é condição *sine qua non* para que a estrutura econômica brasileira possa repetir, no futuro, os resultados de 2004, quando houve expressivo crescimento econômico, redução do desemprego e expansão das exportações associados com baixa inflação.

Na parte seguinte a esta **Introdução** e na terceira, procuramos identificar o programa econômico do Governo Lula e as raízes do pensamento econômico em que se inspirou. Na quarta parte, analisamos criticamente as motivações das reformas. Na quinta, chamamos a atenção do leitor para uma interpretação distinta daquela normalmente apresentada para a relação entre poupança e investimento. Na sexta, fazemos prognósticos a partir de dois cenários. E, por fim, concluímos, defendendo o ponto central deste artigo: a necessidade de criar instituições que reduzam os ganhos do capital rentista no Brasil.

2 - Política econômica e reformas estruturais

Em abril de 2003, o Ministério da Fazenda lançou um documento chamado **Política Econômica e Reformas Estruturais** (Brasil, 2003). Podemos tomá-lo como o programa do Governo na área econômica não apenas por apresentar diagnósticos dos problemas a enfrentar naquele momento, mas também porque as políticas adotadas ao longo do tempo foram condizentes com o que estava previsto. De certa maneira, ele se propõe a implementar algumas das idéias contidas em um outro documento, elaborado por economistas reunidos no Rio de Janeiro, em setembro de 2002, intitulado **A Agenda da Perdida** (Lisboa, 2002). Analisá-lo, portanto, é um bom caminho para compreender o que pretende o Governo Lula e qual a qualidade do crescimento econômico que se quer.

O documento de autoria do Ministério da Fazenda é iniciado lembrando os compromissos assumidos pelo Presidente Lula ainda em campanha eleitoral, os quais teriam por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico com inclusão social. Para chegar a tanto, seria necessária uma fase de transição, que consistiria na estruturação das instituições que garantiriam um processo de crescimento econômico de longo prazo.

Para a estruturação de tais instituições, seria necessário realizar reformas e adotar uma política econômica de transição que garantissem o pagamento dos serviços das dívidas interna e externa, ao mesmo tempo em que os gastos sociais seriam redirecionados para o atendimento das necessidades dos mais pobres, e a carga tributária seria redistribuída de maneira a se tornar mais progressiva, já que tal progressividade se dá do primeiro ao sexto decil de renda, tornando-se regressiva do sétimo ao décimo.

Para manter os serviços das dívidas em dia, o Governo propunha-se a obter um superávit primário de 4,25% ao ano entre 2003 e 2006 e, se possível, ser reeleito para produzir igual cifra até 2011, quando a relação dívida pública/PIB cairia para um nível próximo ao de 1994 (30%). No campo externo, a intenção era manter e ampliar o grau de abertura da economia brasileira, considerado excessivamente baixo para os padrões internacionais, o que a faria menos vulnerável a choques externos. Promover-se-iam as exportações sem inibir importações, de forma a gerar superávits comerciais suficientes para compensar os déficits na balança de serviços.

Ainda no que tange ao crescimento econômico, seriam adotadas reformas voltadas para o adequado funcionamento dos mercados, reduzindo-se

custos de transação e promovendo-se uma maior capacitação da mão-de-obra nos campos da educação, da saúde e da habitação.

Descendo aos detalhes, o documento do Ministério da Fazenda considerava inadequado, por exemplo, que a maior parte dos gastos previdenciários se fizessem em benefício dos mais ricos e em favor de faixas etárias intermediárias, como a dos 45 aos 60 anos de idade, e que não se aproveitassem mais os retornos econômicos que se poderiam obter por meio de um maior investimentos na educação básica.

3 - Aspectos metodológicos — custos de transação, o adequado funcionamento dos mercados e ganhos de produtividade

Podemos dizer que muito do programa econômico do Governo Lula, tal como expresso no documento do Ministério da Fazenda, é devido às contribuições teóricas de Douglass North, eminente economista norte-americano, que produziu renomados trabalhos na área de história econômica. Tais trabalhos foram inovadores, por considerarem que, a depender dos arranjos institucionais construídos pelas sociedades, elas seriam mais ou menos ricas, teriam esta ou aquela distribuição de renda, cresceriam mais ou menos, etc. De igual maneira, tal autor tratou dos elementos que impulsionariam a mudança institucional, considerando como fontes possíveis, combinadas ou não, dentre outras, mudanças ideológicas, mudanças nas correlações de força entre as classes sociais, mudanças em preços relativos, alterações demográficas, etc.

Um outro autor que pode ser lembrado a partir da leitura do documento produzido pelo Ministério da Fazenda é Schumpeter (1975). Por meio de sua Teoria do Desenvolvimento Econômico, o economista austríaco descreveu o processo pelo qual ocorria o desenvolvimento econômico, isto é, por meio da introdução de inovações que resultavam em uma maior produtividade dos fatores de produção, as quais seriam viabilizadas pela obtenção, pelo introdutor da inovação, de crédito que o capacitaria a contratar capital e trabalho.

Ambos os autores são lembrados porque, por um lado, as propostas do Ministério da Fazenda procuram dotar a sociedade brasileira de instituições funcionalmente melhores do que as existentes, privilegiando as soluções de

mercado, e, por outro, porque decompõem o crescimento econômico segundo as contribuições das inovações tecnológicas, da força de trabalho e do capital.

4 - Análise das propostas

Se, nas partes anteriores, procuramos evidenciar os objetivos do Governo com relação à economia e os diagnósticos apresentados para os problemas existentes, nesta parte, dedicar-nos-emos a analisar o que efetivamente vem sendo feito, assim como a levar em consideração os aspectos ideológicos e de classe que impulsionam as reformas.¹

A economia brasileira, desde 1979, deixou de apresentar a funcionalidade de outrora, quando obtinha taxas de crescimento tão elevadas que as atuais seriam consideradas médias ou baixas. Embora os problemas existentes fossem objeto de diferentes diagnósticos, apenas a partir de 1990 passou-se, efetivamente, a reformas que negaram o modelo de desenvolvimento vigente desde a Revolução de 1930. Tais reformas seguiram uma certa tendência mundial, que privilegiava as soluções de mercado, e foram denominadas, desde o primeiro momento, neoliberais.

As atuais reformas apenas dão continuidade às reformas anteriores: a pretensão de reformar o sistema financeiro de maneira a oferecer maiores garantias aos credores, a flexibilização das leis protetoras do trabalhador, a reforma previdenciária que opta pelas contribuições individuais para contas de investimentos, que formam uma poupança para uso futuro de seu proprietário, por exemplo, são coerentes com aquelas que levaram à redução da presença do Estado no setor produtivo da economia, que garantiram uma parcela do orçamento para o pagamento dos encargos da dívida pública, etc.

Evidentemente, as reformas, até 2002, não produziram o caos social que a oposição, hoje no Governo, afirmava que aconteceria, mas também não produziram, até o momento, o bem-estar social que seus defensores previam. Os efeitos, apesar dos bons resultados de 2004, foram tímidos:

¹ "A estrutura marxista é a mais poderosa dentre as demonstrações de mudança secular precisamente porque inclui todos os elementos deixados de lado da estrutura neoclássica: instituições, direitos de propriedade, Estado e ideologia (...)" (North, 1981, p. 61). ["*The Marxian framework is the most powerful of the existing statements of secular change precisely because it includes all of the elements left out of the neoclassical framework: institutions, property rights, the state, and ideology (...)*"].

houve, entre 1990 e 2004, a continuidade da melhoria de indicadores sociais de educação e saúde; apesar do desemprego crescente, a concentração de renda tendeu a cair no período inicial do Plano Real e estabilizou-se em níveis ainda inaceitáveis; e, por fim, como revelou a última pesquisa de orçamento familiar do IBGE, o problema da fome não era tão grave e extenso quanto imaginou o atual Governo em seus primeiros meses de mandato.

O neoliberalismo, no Brasil, não gerou os mesmos efeitos sociais que poderia ter gerado em países com mais ampla proteção social. É que, entre nós, mesmo as propostas neoliberais representam avanço diante do frágil Estado de Bem-Estar Social de que dispomos.

A mudança de posição do Partido dos Trabalhadores, no que respeita ao neoliberalismo, foi surpreendente, e não cabe aqui analisar os porquês. Apenas ressaltemos que a crise vivida no final das eleições de 2002 pode ser explicada pela ótica dos mercados: afinal, por que acreditar nos discursos do candidato que liderava as pesquisas em favor da manutenção das regras do jogo, quando, por mais de 20 anos, ele falou que as mudaria radicalmente? Em outros termos, estamos dizendo que a desvalorização cambial e a elevação das taxas de juros para contê-la, ao mesmo tempo em que serviam ao combate à inflação, foram decorrência das desconfiças dos credores a respeito dos compromissos do futuro governante para com o cumprimento dos contratos.²

O conteúdo de classe das reformas ora em discussão, assim como as passadas, é algo a ser ressaltado: oferecer maiores garantias aos credores das dívidas em geral e do Estado em particular, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal e da nova Lei de Falências, beneficia os detentores do capital usurário; modificar as regras da aposentadoria, tornando-a mais difícil de ser atingida e, ao mesmo tempo, eliminando a aposentadoria integral do funcionalismo público, à exceção dos altos dirigentes, como juizes e parlamentares, amplia a oferta de força de trabalho e cria condições para que os salários futuros sejam menores do que poderiam ser se fossem mantidas as regras anteriores; alterar a estrutura tributária de maneira a torná-la mais progressiva favorece aqueles que, até o momento, suportam a carga fiscal do Estado, os mais pobres, assim como os empresários em geral, na medida em que a tributação indireta distorce o consumo e, tal como estabelecida, prejudica as cadeias produtivas mais longas pela existência de tributos em cascata.

² Obviamente, nos termos da mídia, o cumprimento dos contratos diz respeito aos contratos financeiros e não, por exemplo, à previdência e a outros dispositivos constitucionais garantidores de bem-estar social que não são menos legais do que os da dívida pública.

O fato de que as reformas têm conteúdo de classe não significa, necessariamente, que elas serão prejudiciais aos que por elas não forem diretamente beneficiados. O crescimento econômico viabiliza um jogo de soma diferente de zero, e, portanto, favorecer diretamente determinadas classes pode levar ao benefício do conjunto da sociedade.³

De certa forma, a crença de que todos, e os pobres em particular, possam vir a ser beneficiados pelas reformas é o melhor que se pode pensar a respeito da repentina mudança de posição do Partido dos Trabalhadores no julgamento que ele fazia das reformas que chamava de neoliberais.

5 - O problema do financiamento

Ainda que seja objeto das reformas em andamento a criação de mecanismos mais rápidos e eficientes de execução de dívidas, cremos que há um problema fundamental, de cuja resolução dependerá o esperado crescimento econômico dos próximos anos. Referimo-nos à questão do financiamento dos investimentos privados na economia brasileira.

Pensando em termos funcionais, podemos dizer que os bancos privados, no Brasil, pouco servem para a execução das tarefas que o capitalismo, em outros lugares, lhes reserva: o financiamento dos investimentos privados. Isso se justifica, em parte, pelas possibilidades de avultados ganhos e de reduzidos riscos, apesar das aflições periódicas, derivados dos empréstimos ao Estado.

Tal situação é característica brasileira de longo prazo, isto é, há mais de 30 anos, quando se vivia o “milagre”, queria-se que os bancos brasileiros se comportassem como os japoneses e os coreanos, servindo de cabeças de conglomerado. Essa situação favoreceria os investimentos privados por uma via distinta daquela praticada nas economias inglesa e norte-americana, onde o setor produtivo e o financeiro não estão casados. A vantagem em relação a ela é que, seguindo os moldes dessas economias orientais, o risco dos bancos seria consideravelmente reduzido, assim como as taxas de juros cobradas das empresas, uma vez que problemas do tipo agente principal

³ "A procura daqueles que vivem de salários aumenta, pois, necessariamente com o aumento das receitas e do capital de cada país, e não pode, de maneira alguma, aumentar sem eles. O aumento das receitas e do capital corresponde ao aumento da riqueza nacional. A procura daqueles que vivem de salários aumenta, pois, naturalmente com o aumento da riqueza nacional e não pode, de maneira alguma, aumentar sem ela." (Smith, 1988, p. 181).

seriam praticamente eliminados pelo livre acesso do credor aos livros contábeis dos devedores.

Já no II PND, tal pretensão foi descartada, respeitando-se o que Carlos Lessa (1988) chamou de “vocação cartorária dos bancos brasileiros”, os quais, naquele momento, podiam contar com um investimento seguro e de rentabilidade necessariamente superior à inflação, em virtude da indexação dos títulos públicos. Como forma de compensar tal característica, optou-se pelo financiamento público dos grandes investimentos previstos, assim como, para os menores investimentos, foram criados mecanismos também estatais, por meio dos bancos oficiais. Uma outra fonte de recurso foi a captação no exterior, estimulada por taxas de juros baixas e por uma certa estabilidade cambial.

O resultado da ausência de um sistema financeiro privado e interno voltado para o financiamento dos investimentos da década de 70 foi o crescimento da dívida pública interna e da dívida externa, posteriormente estatizada quando a inflação nos EUA levou o Federal Reserve a elevar, gradualmente, em um primeiro momento, e abruptamente com Reagan, a taxa de juros. Parte considerável dos países devedores entrou em moratória, passou por fortes instabilidades cambiais, com efeitos desastrosos para a estabilidade de preços e para o crescimento econômico.

No caso brasileiro, pode-se dizer que a ausência de mecanismos adequados de financiamento dos investimentos, em um quadro de forte crescimento econômico, como o da década de 70, levou o Estado à insolvência e a mais endividamento na década seguinte, quando crescimento econômico não houve. É que, aos poucos, o componente financeiro do déficit público passou a contribuir, significativamente, para o aumento da própria dívida. Já na década de 90, quando se imaginou que as privatizações e a maior abertura do sistema financeiro aos bancos estrangeiros conduziram a mecanismos de financiamento mais saudáveis, a armadilha da sobrevalorização do real forçou a economia a praticar taxas de juros que, embora reconhecidamente insustentáveis no longo prazo, nos acompanham por mais de 10 anos.

Pode-se dizer, portanto, que, nos últimos 40 anos, apesar de tantas mudanças pelas quais passou a economia brasileira, um elemento permaneceu constante em termos funcionais: o financiamento das empresas faz-se ou por meio do Estado, enquanto este teve solvência, ou por meio do endividamento externo, nas fases de maior liquidez internacional, ou por meio da retenção de lucros das próprias empresas. O resultado de tal arranjo nos últimos 25 anos está longe do razoável: a renda *per capita* dos brasileiros cresceu menos de 0,5% ao ano.

Um argumento normalmente empregado para explicar tal situação refere-se à baixa poupança nacional. Por trás dessa explicação, encontra-se a interpretação de que os investimentos dependem estritamente da poupança, o que pode ser derivado das primeiras lições dos manuais de macroeconomia⁴:

- (1) $Y = C + I + G + (X - M)$, a velha igualdade entre a oferta de bens e o consumo das famílias, os gastos do Governo, os investimentos e o resultado da balança comercial;
- (2) $C = C_0 + C_1 Y_D$, ou seja, o consumo é dado por uma constante somada à renda disponível;
- (3) $Y_D = Y - T$, a renda disponível, por seu turno, é dada pela subtração da tributação líquida de subsídios.

Substituindo (2) e (3) em (1), teremos:

$$(4) Y = C_0 + C_1(Y - T) + I + G + (X - M)$$

Rearranjando (4) convenientemente, teremos:

$$(4') [Y - C_0 - C_1 Y] + [C_1 T - G] + [M - X] = I$$

Considerando que o primeiro colchete representa a poupança das famílias, o segundo a poupança do Estado e o terceiro a poupança externa, teremos, pois, três fontes de poupança distintas para financiar os investimentos, chegando à quinta equação:

$$(5) S = I$$

Ocorre que as equações acima se referem ao mercado de bens e são melhor compreendidas se as chamarmos de identidades, o que elimina o sentido da causação, sendo possível dizer que tanto a poupança determina os investimentos quanto seu contrário, isto é, que os investimentos determinam a poupança.

Para melhor compreender o que foi dito, devemos passar ao mercado financeiro e pensar nos seguintes termos: os agentes financeiros, aqui entendidos na mais ampla acepção possível, não são apenas intermediadores entre quem poupa e quem investe. Considerá-los nestes termos retira-lhes o que é fundamental: a capacidade de multiplicar poupanças, criando poder de compra por meio do crédito. Por esse motivo, em termos financeiros, pode ser dito que, *ex ante*, $I > S$.

⁴ Por exemplo, Blanchard (1997, p. 246).

Para $S = I$, é necessário que os tomadores, supondo-se que façam investimentos economicamente viáveis, não gastem parte das receitas dos investimentos realizados, poupando-as para satisfazer os compromissos financeiros assumidos anteriormente. *Ex post*, portanto, $S = I$.

No caso brasileiro, dada a manutenção da taxa de juros em níveis tão elevados, o multiplicador da poupança é necessariamente baixo, situação que sugere a seguinte compreensão a respeito dos juros: é uma quase-renda, isto é, a exemplo do trabalho e do capital produtivo, o capital financeiro pode ser reproduzido indefinidamente, sujeito a determinadas condições. Com uma oferta crescente, o capital financeiro comportar-se-ia como o capital em geral e o trabalho, que têm suas remunerações dadas por mecanismos distintos daqueles que remuneram a terra, cuja oferta, sendo fixa, aufere renda. Em outras palavras, se as condições de expansão do crédito forem desfavoráveis, teremos a formação de uma certa escassez, que levará ao aumento da taxa de juros, que, então, se comportará como a renda da terra.

Ora, a renda da terra em uma sociedade burguesa é algo normalmente combatido por meio de punições atribuídas à propriedade improdutiva. Com isso, quer-se forçar o aumento da oferta de alimentos e a redução dos custos de reprodução da força de trabalho. No século XIX e no início do século XX, além das punições legalmente previstas, foram abertos os mercados de alimentos e de matérias-primas para as importações, medida a que se opunham os rentistas nos países centrais. Traçando-se um paralelo com os quase-rentistas brasileiros, isto é, com aqueles que obtêm quase-renda em virtude da difícil situação orçamentária do Estado brasileiro, é evidente que, ante a queda da taxas de juros, terão que encontrar outras finalidades para o capital aplicado em títulos públicos.

É necessário usar mecanismos que forcem a utilização produtiva dos capitais artificialmente tornados escassos por nossas instituições. A via pela qual o Governo pretende seguir é a da resolução gradual dos problemas financeiros do Estado, para, com isso, lograr reduzir a taxa de juros básica e, dessa forma, tornar menos atrativo o investimento em papéis da dívida pública. Uma opção gradualista e de efeitos em prazos incertos pode vir a ser inviabilizada pelas pressões sociais por mais igualdade e por melhores serviços públicos de bem-estar social, assim como por parte da burguesia industrial inconformada com a incapacidade de investir.

6 - Prognósticos para os anos vindouros

É possível, a partir do raciocínio exposto nas partes anteriores deste artigo, analisarmos o atual momento e prognosticarmos possíveis desdobramentos da situação que vivemos, a qual é, talvez, a melhor que conhecemos há muito tempo.

De fato, a manutenção da taxa de juros em níveis tão elevados a partir de 1994 serviu ao propósito inicial de atrair capitais para sustentar uma taxa de câmbio que, supostamente, era eficiente no combate à inflação. O resultado foi, simultaneamente, a acumulação de uma dívida externa, que passou dos US\$ 120 bilhões em 1994 para algo próximo dos US\$ 220 bilhões em 1998, e a inversão do sinal da balança comercial, que, de superavitária entre 1981 e 1994, passou a deficitária até o ano 2000.

A partir de um dado momento, além da necessidade de combater a inflação por meio do câmbio sobrevalorizado, agregou-se a necessidade de atrair capitais para satisfazer os serviços da dívida externa, quebrando a ilusão de que a entrada de capitais estrangeiros resolveria o problema de financiamento da economia brasileira. É que tal entrada de capitais foi improdutiva, pois serviu predominantemente para a transferência de propriedade de residentes para não-residentes, assim como para o financiamento da dívida pública, em vez de servir ao propósito de aumentar a capacidade produtiva da economia do País.

Desse modo, podem-se distinguir dois momentos específicos para a evolução recente (de 1994 a 2002) da taxa de juros, para além das situações de instabilidade internacional, como as crises do México, dos Tigres Asiáticos, da Rússia e da Argentina, assim como as nossas eleições de 1998 e 2002. Primeiramente, predominou o objetivo de atrair capitais para sustentar o câmbio e, depois, para satisfazer às necessidades de financiamento externo.

Pode-se dizer que a situação externa comprometia todo o resto. Uma vez que os juros são uma dedução dos lucros, quando aqueles se tornam muito elevados, poucos são os investimentos realizados a partir de empréstimos, já que os contratos financeiros não poderiam ser honrados pelas taxas de lucros, a menos que estas subissem em proporção semelhante às de juros. Disso decorriam o baixo crescimento econômico e a formação de taxas de desemprego recordes na economia brasileira.

Em 2001, ainda que timidamente, inverteu-se o sinal da balança comercial novamente, e, a partir de 2003, passaram a ser gerados superávits sufi-

cientes para pagar os compromissos financeiros externos, o que abriu espaço para a queda da taxa de juros.

Além de obter um forte crescimento em suas exportações, o País passou a contar com níveis crescentes de confiança dos investidores internacionais. A percepção de risco, medido pela média do Risco-Brasil nos últimos meses, é das mais baixas, pelo menos desde 2001, o que pode ser explicado tanto por se ter alcançado uma capacidade de pagamentos externos que não se via desde o início do Plano Real, quanto por não existir mais a possibilidade de que o candidato da oposição à Presidência venha a romper os contratos financeiros.

Atualmente, o que preocupa é a possibilidade de que, tal como no início dos anos 80, o Governo norte-americano opte pela elevação dos juros para recuperar o poder de compra do dólar, vindo a tornar inadimplentes países com elevada dívida externa, como o Brasil. No entanto, dados o baixo crescimento da economia dos EUA e as baixas taxas de inflação, pode-se supor que tal fenômeno não ocorrerá no curto prazo. Ainda assim, uma certa desordem internacional pode vir a ocorrer, motivada por uma fuga do dólar.

O que interessa ressaltar, de toda maneira, é que o estrangulamento externo está, pelo menos momentaneamente, suspenso, cabendo à política econômica aproveitar o momento para lograr reduzir as taxas de juros, viabilizando o crescimento econômico almejado pelo Ministério da Fazenda.

Um empecilho para que isso ocorra é derivado das metas de inflação estabelecidas em níveis muito baixos. Considerando as características da economia brasileira, onde as privatizações estabeleceram regras de reajustes das tarifas das concessionárias de serviços públicos que trazem a inflação passada para o presente por meio da indexação, o uso da taxa de juros para inibir a demanda agregada e controlar os preços requer doses mais elevadas do que as que seriam necessárias se os contratos tivessem sido estabelecidos em outros termos, com mecanismos mais próximos das leis de mercado. Dessa maneira, os instrumentos de política econômica disponíveis às autoridades ainda não funcionam com a eficiência que o próprio Ministério da Fazenda considera adequada.

A boa notícia, apesar dos efeitos sobre as atividades econômicas, é que o crescimento econômico do último ano combinado com o aumento da carga tributária logrou atingir, em 2004, níveis ainda maiores do que os obtidos em 2003 para o superávit primário, o que não impediu que a dívida pública continuasse a crescer, dado o componente financeiro resultante das elevadas taxas de juros que mantemos.

A partir do exposto, podemos pensar 2005 e 2006 a partir de dois cenários que tenham a continuidade das reformas, a obtenção de superávits glo-

bais por parte do Estado e a manutenção dos resultados comerciais como parâmetros fundamentais. O primeiro cenário seria aquele em que a taxa de juros básica sofreria reduções seguidas, assim como os *spreads* bancários, resultando em queda significativa dos ganhos do capital rentista, farta expansão do crédito com controle da inflação e, assim, manutenção do crescimento econômico. Nesse cenário, poder-se-ia dizer que as reformas valeram a pena e que o recuo dos trabalhadores em determinados direitos e garantias foi compensado por maiores níveis de emprego e por salários e serviços públicos mais eficientes e socialmente mais justos. Um outro cenário, diverso deste, pode ser traçado a partir do comportamento do Copom em suas últimas reuniões. Apesar de tecnicamente se justificar pelo combate à inflação, a manutenção de taxas de juros tão elevadas como as atuais aprofunda o componente financeiro do déficit e inviabiliza o crédito, reduzindo a capacidade de geração de emprego e renda. Essa situação é amplamente favorável ao capital rentista, que, dessa maneira, se beneficia de uma situação cuja justificativa se torna cada dia mais frágil, posto que já não é necessário atrair capitais especulativos para satisfazer o pagamento da dívida externa, e o risco de inadimplência do Estado, reconhecidamente baixo para os padrões vigentes nos últimos 10 anos, não explica o comportamento da taxa Selic.

A predominar o segundo cenário, terão razão os que afirmam que os trabalhadores, abrindo mão de determinados direitos, estão sendo enganados por quem dizia representá-los, o que será ainda agravado pela não-implementação de reformas, como a tributária na versão apresentada pelo Ministério da Fazenda, que contribuiria para tornar justa a arrecadação, jogando o peso da máquina burocrática do Estado sobre os mais ricos. Por fim, a necessidade de superávits primários crescentes para a redução da dívida aos níveis de 1994, em razão da manutenção de seu crescimento pelas elevadas taxas de juros, poderá vir a comprometer, como já compromete, a prestação de serviços públicos universais e mesmo aqueles focados nos pobres pela simples impossibilidade de contratar pessoal, em que pese aos ganhos de eficiência e produtividade que a máquina pública pode vir a ter.⁵

⁵ O que também pode ser comprometido pelas práticas fisiológicas e nepotistas ainda hoje vigentes, que, como tantas outras características desta sociedade meio moderna, meio arcaica, insistem em acompanhar um governo que outrora dizia que mudaria tantas coisas.

7 - Conclusões

Por mais que o discurso econômico tenha incorporado contribuições como a de North, ainda permanece refratário a falar do que esse autor tratou em alguns de seus livros: a questão de classe. O Estado é sempre objeto de disputa entre as classes sociais que compõem a sociedade. Em tempos mais remotos, esse caráter era evidente e admitido sem meias palavras. Hoje, quando vivemos em parte a realidade, em parte o mito da democracia, não é tão simples admitir que determinadas instituições favorecerão este ou aquele tipo de proprietário e, portanto, esta ou aquela classe social.

No entanto, podemos traçar, tal como North, os limites gerais desse favorecimento, não esquecendo, todavia, que, se os incentivos corretos forem estabelecidos, será possível que a taxa de retorno privada se aproxime da taxa de retorno social dos empreendimentos, favorecendo a maioria da população.

O capital é valor que se valoriza e assumiu diferentes formas ao longo de nossa história para realizar essa sentença, moldando nossa sociedade e por ela sendo moldadas. No caso brasileiro, houve quem imaginasse que, com o Plano de Metas, tivéssemos atingido a maturidade do capital industrial, não havendo mais restrições ao desenvolvimento econômico (Mello, 1998). Como se percebeu posteriormente, a montagem e o funcionamento de parques industriais complexos dependem de mecanismos de financiamento adequados (Mello; Novais, 2000), sendo o Brasil caracterizado pela anomalia de ter montado tal parque sem modernizar o setor financeiro.

Dessa anomalia vieram outras, como a tentativa de contornar o problema por meio do financiamento público dos investimentos, seja por empresas estatais, seja por bancos oficiais, seja por meio do endividamento externo, do que resultaram a hipertrofia da dívida pública e a captura do Estado pelo capital rentista.

Tal captura, no longo prazo, é instável, uma vez que a manutenção da valorização do capital por meio da dívida pública é limitada pelo orçamento do Estado, que ainda prevê outros gastos que não apenas os direcionados para o serviço da dívida, pela capacidade de arrecadação, que tem se superado continuamente, ao longo dos últimos anos, e, por fim, pelas pressões sociais que requerem a prestação de determinados serviços públicos.

Este governo, ou o próximo, terá que encontrar mecanismos que tratem da insustentabilidade da situação acima. A obtenção de superávits comerciais de vulto representou um grande passo para a resolução do problema, uma vez que eliminou uma das justificativas da manutenção das elevadas

taxas de juros que praticamos há tanto tempo: a necessidade de atrair capitais estrangeiros para equilibrar o balanço de pagamentos. O próximo passo, e mais difícil, é lograr fazer coincidir a taxa de retorno privada do capital com a taxa de retorno social, o que pressuporá cortes sucessivos no *spread* bancário e na taxa básica de juros, reduzindo o capital rentista a dimensões mais modestas e adequadas ao funcionamento socialmente justificável do capitalismo no Brasil.

Por quanto tempo a hipertrofia do capital rentista se sustentará é uma incógnita, e surpreende que, ainda hoje, seja possível à economia brasileira coexistir com ela, mas o Brasil é um país de milagres há muito: em uma das batalhas contra os holandeses no século XVII, diz-se que a Virgem, Senhora Nossa, não deixava que a munição dos combatentes católicos acabasse, apesar de constar apenas de um prato de balas de chumbo (Mello, 2001); uma vez derrotados os holandeses, o Padre Antônio Vieira foi questionado pelos vencedores a respeito das negociações que conduziu junto à Holanda para entregar definitivamente o Nordeste holandês em troca da manutenção do resto da colônia e da integridade do pequeno reino português. Ele teria respondido, considerando a desesperadora situação do Império português, que "(...) se guiara pelos lumes falíveis da razão, em vez de confiar nos milagres da Providência" (Vieira, 1959, p. XLII). É o que procuramos fazer neste artigo.

Referências

- BLANCHARD, O. **Macroeconomics**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1997.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Política econômica e reformas estruturais**. Brasília: MF, 2003.
- HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- LESSA, C. **A estratégia do desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso**. Campinas: Instituto de Economia, 1988.
- LISBOA, M. B. (Org.). **A agenda perdida**. Rio de Janeiro: (s. n.), 2002.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo, Difel, 1989.
- MELLO, E. C. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: Instituto de Economia, 1998.

MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. A. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. v. IV.

NORTH, D. C. **Structure and Change in economic history**. New York: W.W. Norton, 1981.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York, Cambridge University Press, 1991.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril, 1975.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre a sua natureza e suas causas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 2v.

VIEIRA, A. **Sermões completos**. Porto: Lello, 1959.